

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Formação
Docente:
Princípios e
Fundamentos 6



Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)

Formação Docente: Princípios e Fundamentos 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação docente [recurso eletrônico]: princípios e fundamentos 6 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Formação Docente: Princípios e Fundamentos; v. 6) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-372-9 DOI 10.22533/at.ed.729193005 1. Educação. 2. Professores – Formação. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No seu sexto é necessário refletir a formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório, implica em posições político-educacionais que apostam nos professores como autores na prática social. A formação de professores na disposição reflexiva, se configura como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal e profissional dos professores e das instituições escolares, uma vez que supõe condições de trabalho propiciadoras da formação continua dos professores, no local de trabalho, em redes de autoformação, e em parceria com outras instituições de formação. Isto porque trabalhar o conhecimento na dinâmica da sociedade, da globalização, da multiculturalidade, das transformações nos mercados produtivos, na formação dos alunos, crianças e jovens, também eles, em constante processo de transformação cultural, de valores, de interesses e necessidades, requerem permanente formação, entendida como re-significação identitária dos professores. Esperamos consolidar novos saberes sobre os processos identitários e de construção de saberes por professores em suas práticas. E nesse sentido, colaborar para as decisões de formação de professores e a valorização da docência enquanto mediação para a superação do fracasso escolar.

No artigo APORTES PARA A INCLUSÃO À DOCÊNCIA NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO INICIAL, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro e Paulo Rennes Marçal Ribeiro buscam apresenta como principal indicativo a necessidade de reformulação dos cursos de licenciatura, recomendando um modelo de inclusão orgânica que propicie ao futuro professor, através de intervenções práticas organizadas, um preparo consistente para o ingresso na profissão. No artigo PROFESSORES DE CIÊNCIAS EM FORMAÇÃO INICIAL: MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA PROFSSIONAL, os autores Renata Harumi Muniz dos Santos, María Elena Infante-Malachias buscam estudar o que alunos que desejam se tornar professores pensam a respeito da carreira e investigar os motivos que os levaram a escolher a profissão. No artigo PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM INÍCIO DE CARREIRA: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO os autores Daniela dos SANTOS, Taynara Franco de CARVALHO, Samuel de SOUZA NETO buscam identificar o que vem sendo pesquisado acerca do professor em início de carreira, em específico no campo da Educação Física. No artigo PROFESSORES DE QUÍMICA E SITUAÇÕES DA SOCIEDADE ATUAL: VALORIZAÇÃO PESSOAL E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO os autores Lara Vieira Leite, Naãma Cristina Negri Vaciloto, Fabio Luiz de Souza, Luciane Hiromi Akahoshi, Maria Eunice Ribeiro Marcondes buscam identificar o quanto situações como essas citadas são levadas em consideração pelos professores na sua vida pessoal, o quanto são consideradas pertinentes ao ensino e se estão sendo abordadas nos Cadernos de Química do Estado de São Paulo. No artigo PROGRAMA NÚCLEO DE ENSINO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E ASPECTOS MOTIVACIONAIS NA DOCENCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ESCOLAR, os autores RUBENS VENDITTI JUNIOR, MILTON VIEIRA DO PRADO JUNIOR, LETÍCIA DO CARMO CASAGRANDE MORANDIM, DÉBORA GAMBARY FREIRE BATAGINI, RODOLFO LEMES DE MORAES, MÁRCIO PEREIRA DA SILVA buscam descrever os autores buscam as experiências com professores de Educação Física (EF) em perspectiva inclusiva, destacando aspectos motivacionais na docência e a autoeficácia No artigo PROJETO ENERGIA: FONTES, PRODUÇÃO E A IMPORTÂNCIA DE SUA ECONOMIA, os autores José Daniel Soler Garves Laís de Souza Teixeira, Ana Leticia Antonio Vital, Aparecida Brunetti Arante de Souza, Beatriz Nunes Herreira, Gabriela Lozano Olivério, Vinícius Santos dos Reis, Ângela Coletto Morales Escolano buscam Identificar possíveis maneiras de se resolver problemas ambientais sem comprometer o futuro tecnológico, é a principal meta dos próximos anos. No artigo PROPOSTA DE ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR ENTRE AS DISCIPLINAS DE BIOLOGIA, QUÍMICA E CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO, os autores Camila Lehnhardt Pires Cunha Antônio Carlos Duarte Camacho, buscam relatar a experiência docente em aulas pratico-teóricas, utilizando uma abordagem mais ampla e contextualizada do conhecimento, em especial das disciplinas de Biologia, Química e Ciências, pode ser considerada como uma boa opção de trabalho para o docente. No artigo REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA: REAÇÕES, INTERESSES E EXPECTATIVAS DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II, as autoras Adriana Patrício Delgado, Elisabeth Márcia Ribeiro Machado da Silva, Eliana Sala, buscam analisar analisa a experiência de cinco encontros de formação continuada (no período de 2012 a 2015), estruturados em oficinas pedagógicas temáticas, direcionadas a professores do Ensino Fundamental I e II. No artigo REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES as autoras buscam relatar sobre as reflexões e mudanças vivenciadas na prática pedagógica por discentes de um curso de mestrado stricto sensu do oeste paulista. No artigo RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, as autoras Ana Lúcia Penteado Urban, Bruna Rafaela de Batista, Luci Pastor Manzoli buscam descrever as principais contribuições resultantes da formação inicial de duas egressas do curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. No artigo SABERES DA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PROFESSORA INGRESSANTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ATIBAIA-SP, a autora Silvana Saraid da Silva busca apresentar um relato de experiência sobre os saberes do professor na sua primeira experiência como docente no ensino fundamental. No artigo SABERES DOCENTES: UMA REVISÃO NECESSÁRIA NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, o autor Elize Keller-Franco busca analisar em que medida a inovação tem respondido às propostas de atualização dos saberes na formação inicial de professores. Os dados foram obtidos por meio da análise de documentos. Os resultados indicam a abordagem integradora do conhecimento. No artigo SUPORTE NA TEORIA DE PIAGET PARA O

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE, os autores Vânia Galindo Massabni, Vinicius Nicoletti, Luca Pinto Marson buscam dimensionar o papel da teoria de Piaget na reflexão sobre situações pedagógicas vividas em sala de aula durante aulas de licenciandos em Ciências no ensino básico. No artigo TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE JOGOS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA, os autores Jean Carlos Lemes, Iávia Sueli Fabiani Marcatto buscam apresentar um mapeamento das Comunicações Científicas, nos anais do Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), no período de 2001 a 2016. No artigo TRABALHO COLABORATIVO COMO CONDIÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, as autoras Patrícia Cristina Albiéri de Almeida e Gisela Lobo Baptista Pereira Tartuce busca analisar a articulação entre avaliação institucional (AVI) e projeto político-pedagógico (PPP), a partir de projeto realizado em um município brasileiro, onde uma amostra de escolas desenvolveu um processo de avaliação institucional com vistas a reelaborar seu PPP. No artigo UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS CURRICULARES DIFERENCIADAS NO CURSO DE PEDAGOGIA: ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO, os autores Adriana Patrício Delgado, Mariangelica Arone busca apresentar relatos de experiência de estudantes do segundo semestre do curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior privada localizada no município de São Paulo. No artigo TITLE: UNIVERSITY SOCIAL RESPONSIBILITY: A MODEL FOR THE METROPOLITAN UNIVERSITY OF ECUADOR (UMET), Author (s): Eng. Narda Gisela Navarros Mena. Msc. At present, the praxis of the University Social Responsibility (USR) has gained a great international boom. In the university environment, it is important to understand the impact of universities on society in general. Not only as an extension of the results of those sectors with greater needs, but as generators of impacts on society and the environment. No artigo USO DA TRI PARA ANÁLISE DE UM SIMULADO, os autores Alan Kardec Messias da SILVA, Aceldo de Jesus BRITO, Luciana Bertholdi MACHADO busca analisar de um Simulado da Prova Brasil aplicado nas turmas de 5º ano como uma das ações do projeto Observatório da Educação com Iniciação à Ciência (OBEDUC), vinculado ao Campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), localizado em Barra do Bugres – MT. No artigo USO DAS GEOTECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS AUXILIARES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, os autores Hélio Ricardo SILVA, Paula Beatriz Pereira de OLIVEIRA, João Henrique Pinheiro DIAS Maria Ângela de Moraes CORDEIRO, Lucas Alves de ALMEIDA, Adauto Ferreira SIQUEIRA, Diogo Tiago da SILVA, buscam transmitir conceitos de sustentabilidade aos professores e alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente da Escola Técnica Estadual de Ilha Solteira (ETEC) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS). No artigo UTILIZAÇÃO DA REALIDADE AUMENTADA E DA REALIDADE VIRTUAL NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA MAKER, Cláudia Coelho HARDAGH, Ana Maria dos Santos RODRIGUES buscam apresentar a pesquisa realizada para desenvolver propostas metodológicas para a utilização da Realidade

Aumentada (RA) e Realidade Virtual (RV), a partir do projeto de extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) no curso de Pedagogia com escolas públicas de São Paulo para formação de professores. No artigo VIVÊNCIAS DE UMA PROFESSORA INICIANTE: REPERCUSSÕES NA IDENTIDADE E NA PROFISSÃO DOCENTE, os autores Letícia Mendonça Lopes Ribeiro, Aline Cristina Miranda, Stela Maria Fernandes Marques buscam apresentar algumas experiências, essencialmente, marcantes no princípio da carreira docente de uma professora da Educação Básica Pública, considerando suas descobertas, inseguranças e conquistas consolidadas. No artigo A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PARA A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, os autores Camila Rennhard Bandeira de Mello e Rinaldo Molina buscaram realizar uma revisão bibliográfica a fim de mapear experiências sobre a formação e preparação de professores do ensino superior para o atendimento educacional de alunos com deficiência. No artigo A PROPOSTA DA NOVA BASE NACIONAL COMUM E A AVALIAÇÃO DE SISTEMA: CAMINHANDO NA CONTRAMÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM? os autores Claudia Pereira de Pádua Sabia e Uillians Eduardo dos Santos buscam identificar as discussões em torno da elaboração da BNCC e sua relação com a avaliação de sistema, refletindo sobre as possíveis consequências para a avaliação da aprendizagem. No artigo “AINDA NÃO DESCOBRI, MAIS AINDA VOU DESCOBRIR...”: OS IMPASSES ESCOLARES COMO SINTOMA NA ESCOLA os autores Silvia de Carvalho Machione Trindade, Filomena Elaine Paiva Assolini buscam refletir, a partir de um relato de experiência, a respeito do impacto do sujeito do inconsciente nas dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, as quais são tomadas aqui como sintomas do sujeito que se manifestam na escola. No artigo AÇÕES DE EXTENSÃO E PESQUISA UNIVERSITÁRIAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES INICIANTE: PROGRAMA DE APOIO AOS PROFESSORES INICIANTE DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE POÇOS DE CALDAS /MG (PAPIN)*, os autores Ana Maria Brochado de Mendonça Chaves e Carla Fernanda Figueiredo Felix buscaram apresentar o “Programa de Apoio aos Professores Iniciantes da Rede Municipal de Ensino de Poços de Caldas/MG (PAPIN)”, oferecido a professores iniciantes do ensino fundamental da rede pública de ensino nos âmbitos municipal e estadual, e alunos do Curso de Pedagogia da UEMG, que compartilham saberes profissionais docentes. No artigo AMIZADE E ÉTICA NA SALA DE AULA: REFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, os autores Alonso Bezerra de Carvalho e Fabiola Colombani buscam apresentar algumas ideias e reflexões sobre a importância da amizade e da ética na formação dos professores. De caráter teórico, as reflexões aqui delineadas são resultados de uma revisão bibliográfica, sobretudo no campo da filosofia da educação. No artigo FORMAÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA DAS CRIANÇAS PEQUENAS: relatos da equipe gestora e docente de uma escola do interior do Estado do Maranhão, os artigos Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira, Tyciana Vasconcelos

Batalha, Waléria Lindoso Dantas Assis, buscam investigar as contribuições da formação continuada ofertada aos professores da Educação Infantil pela SEMED de São Mateus do Maranhão-MA para subsidiar o trabalho com a linguagem escrita na pré-escola. No artigo DESAFIOS ATUAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: DEMANDAS E IMPLICAÇÕES, os autores Jacqueline Lidiane de Souza Prais, Juliana Irani Villanueva dos Reis, Suzi Lane Amadeu Gussi, Sandra Aparecida Machado Furihata buscam apresentar uma discussão sobre a formação necessária e adequada para atuar no contexto atual da Educação. No artigo PERSPECTIVAS DOS ALUNOS DO 3º ANO MÉDIO DO EREM BELO JARDIM – PE: UMA INVESTIGAÇÃO DAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR E AS POSSÍVEIS CAUSAS DO DESINTERESSE EM OPTAR POR CURSOS DE LICENCIATURA, os autores Ingrid da Mota Araújo Lima; Nubênia de Lima Tresena, Xênia da Mota Araújo Lima apresentam uma pesquisa tem como objetivo compreender a percepção dos alunos no que se refere as suas expectativas em relação ao ensino superior, bem como as causas do desinteresse de alunos do 3º ano do ensino médio do EREM de Belo Jardim – PE em optar por cursos de licenciatura.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
APORTES PARA A INCLUSÃO À DOCÊNCIA NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO INICIAL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7291930051	
CAPÍTULO 2	9
PROFESSORES DE CIÊNCIAS EM FORMAÇÃO INICIAL: MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL	
Renata Harumi Muniz dos Santos María Elena Infante Malachias	
DOI 10.22533/at.ed.7291930052	
CAPÍTULO 3	17
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM INÍCIO DE CARREIRA: UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	
Daniela dos Santos Taynara Franco de Carvalho Samuel de Souza Neto	
DOI 10.22533/at.ed.7291930053	
CAPÍTULO 4	26
PROFESSORES DE QUÍMICA E SITUAÇÕES DA SOCIEDADE ATUAL: VALORIZAÇÃO PESSOAL E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO	
Lara Vieira Leite Naãma Cristina Negri Vaciloto Fabio Luiz de Souza Luciane Hiromi Akahoshi Maria Eunice Ribeiro Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.7291930054	
CAPÍTULO 5	42
PROGRAMA NÚCLEO DE ENSINO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E ASPECTOS MOTIVACIONAIS NA DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Rubens Venditti Junior Milton Vieira Do Prado Junior Letícia do Carmo Casagrande Morandim Débora Gambary Freire Batagini Rodolfo Lemes De Moraes Márcio Pereira Da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7291930055	
CAPÍTULO 6	57
PROJETO ENERGIA: FONTES, PRODUÇÃO E A IMPORTÂNCIA DE SUA ECONOMIA	
José Daniel Soler Garves Laís de Souza Teixeira Ana Letícia Antonio Vital Aparecida Brunetti Arante de Souza	

Beatriz Nunes Herreira
Gabriela Lozano Olivério
Vinícius Santos dos Reis
Ângela Coletto Morales Escolano

DOI 10.22533/at.ed.7291930056

CAPÍTULO 7 68

PROPOSTA DE ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR ENTRE AS DISCIPLINAS DE BIOLOGIA, QUÍMICA E CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO

Camila Lehnhardt Pires Cunha
Antônio Carlos Duarte Camacho

DOI 10.22533/at.ed.7291930057

CAPÍTULO 8 78

REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA: REAÇÕES, INTERESSES E EXPECTATIVAS DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II

Adriana Patrício Delgado
Elisabeth Márcia Ribeiro Machado da Silva
Eliana Sala

DOI 10.22533/at.ed.7291930058

CAPÍTULO 9 90

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Jeong Cir Deborah Zaduski
Verônica Nogueira Vanni
Natalie Perez Mendes
Carmen Lúcia Dias

DOI 10.22533/at.ed.7291930059

CAPÍTULO 10 98

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ana Lídia Penteado Urban
Bruna Rafaela de Batista
Luci Pastor Manzoli

DOI 10.22533/at.ed.72919300510

CAPÍTULO 11 106

SABERES DA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PROFESSORA INGRESSANTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ATIBAIA-SP

Silvana Saraid da Silva

DOI 10.22533/at.ed.72919300511

CAPÍTULO 12 112

SABERES DOCENTES: UMA REVISÃO NECESSÁRIA NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Elize Keller-Franco

DOI 10.22533/at.ed.72919300512

CAPÍTULO 13	124
SUPOORTE NA TEORIA DE PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE	
Vânia Galindo Massabni Vinicius Nicoletti Luca Pinto Marson	
DOI 10.22533/at.ed.72919300513	
CAPÍTULO 14	136
TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE JOGOS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA	
Jean Carlos Lemes Flávia Sueli Fabiani Marcatto	
DOI 10.22533/at.ed.72919300514	
CAPÍTULO 15	152
TRABALHO COLABORATIVO COMO CONDIÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
Patrícia Cristina Albiéri de Almeida Gisela Lobo Baptista Pereira Tartuce	
DOI 10.22533/at.ed.72919300515	
CAPÍTULO 16	164
UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS CURRICULARES DIFERENCIADAS NO CURSO DE PEDAGOGIA: ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO	
Adriana Patrício Delgado Mariangelica Arone	
DOI 10.22533/at.ed.72919300516	
CAPÍTULO 17	177
UNIVERSITY SOCIAL RESPONSIBILITY: A MODEL FOR THE METROPOLITAN UNIVERSITY OF ECUADOR (UMET)	
Narda Gisela Navarros Mena	
DOI 10.22533/at.ed.72919300517	
CAPÍTULO 18	186
USO DA TRI PARA ANÁLISE DE UM SIMULADO	
Alan Kardec Messias da Silva Acelmo de Jesus Brito Luciana Bertholdi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.72919300518	
CAPÍTULO 19	199
USO DAS GEOTECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS AUXILIARES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
Hélio Ricardo Silva Paula Beatriz Pereira de Oliveira João Henrique Pinheiro Dias Maria Ângela de Moraes Cordeiro Lucas Alves de Almeida	

Adauto Ferreira Siqueira

Diogo Tiago da Silva

DOI 10.22533/at.ed.72919300519

CAPÍTULO 20 210

UTILIZAÇÃO DA REALIDADE AUMENTADA E DA REALIDADE VIRTUAL NA
PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA MAKER

Cláudia Coelho Hardagh

Ana Maria dos Santos Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.72919300520

CAPÍTULO 21 225

VIVÊNCIAS DE UMA PROFESSORA INICIANTE: REPERCUSSÕES NA IDENTIDADE
E NA PROFISSÃO DOCENTE

Letícia Mendonça Lopes Ribeiro

Aline Cristina Miranda

Stela Maria Fernandes Marques

DOI 10.22533/at.ed.72919300521

CAPÍTULO 22 242

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PARA A EDUCAÇÃO
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Camila Rennhard Bandeira de Mello

Rinaldo Molina

DOI 10.22533/at.ed.72919300522

CAPÍTULO 23 255

A PROPOSTA DA NOVA BASE NACIONAL COMUM E A AVALIAÇÃO DE SISTEMA:
CAMINHANDO NA CONTRAMÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM?

Claudia Pereira de Pádua Sabia

Uillians Eduardo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.72919300523

CAPÍTULO 24 266

“AINDA NÃO DESCOBRI, MAIS AINDA VOU DESCOBRIR...”: OS IMPASSES
ESCOLARES COMO SINTOMA NA ESCOLA

Silvia de Carvalho Machione Trindade

Filomena Elaine Paiva Assolini

DOI 10.22533/at.ed.72919300524

CAPÍTULO 25 278

AÇÕES DE EXTENSÃO E PESQUISA UNIVERSITÁRIAS NA FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES INICIANTE: PROGRAMA DE APOIO AOS
PROFESSORES INICIANTE DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE POÇOS DE
CALDAS /MG (PAPIN)*

Ana Maria Brochado de Mendonça Chaves

Carla Fernanda Figueiredo Felix

DOI 10.22533/at.ed.72919300525

CAPÍTULO 26	289
AMIZADE E ÉTICA NA SALA DE AULA: REFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Alonso Bezerra de Carvalho Fabiola Colombani	
DOI 10.22533/at.ed.72919300526	
CAPÍTULO 27	301
FORMAÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA DAS CRIANÇAS PEQUENAS: RELATOS DA EQUIPE GESTORA E DOCENTE DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO	
Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira Tyciana Vasconcelos Batalha Waléria Lindoso Dantas Assis	
DOI 10.22533/at.ed.72919300527	
CAPÍTULO 28	311
DESAFIOS ATUAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: DEMANDAS E IMPLICAÇÕES	
Jacqueline Lidiane de Souza Prais Juliana Irani Villanueva dos Reis Suzi Lane Amadeu Gussi Sandra Aparecida Machado Furihata	
DOI 10.22533/at.ed.72919300528	
CAPÍTULO 29	323
PERSPECTIVAS DOS ALUNOS DO 3º ANO MÉDIO DO EREM BELO JARDIM – PE: UMA INVESTIGAÇÃO DAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR E AS POSSÍVEIS CAUSAS DO DESINTERESSE EM OPTAR POR CURSOS DE LICENCIATURA	
Ingrid da Mota Araújo Lima Nubênia de Lima Tresena Xênia da Mota Araújo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.72919300529	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PARA A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Camila Rennhard Bandeira de Mello

camila_rennhard@hotmail.com

Graduada no curso de psicologia Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo/SP

Rinaldo Molina

rinaldo.molina@mackenzie.br

Docente do curso de psicologia e coordenador do Programa de Atenção e Orientação ao Aluno (PROATO), o Núcleo de Acessibilidade, da Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo/SP

RESUMO: O Brasil, nas últimas décadas, investiu no desenvolvimento de políticas inclusivas com relação às pessoas com deficiência. Principalmente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que os pressupostos da educação especial, entendida como modalidade da educação escolar, assumiu o papel de uma política educacional inclusiva que atingiu todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Nesse processo estão as políticas de acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior que indicaram para a construção de espaços acessíveis, recursos pedagógicos, informações para a comunidade técnico-administrativa, apoio institucional e, como ponto central do processo inclusivo, na formação dos professores. Nesse sentido, o objetivo central de nosso estudo

foi realizar uma revisão bibliográfica a fim de mapear experiências sobre a formação e preparação de professores do ensino superior para o atendimento educacional de alunos com deficiência. Para tal foram analisados em seu conteúdo cinco artigos selecionados a partir das palavras-chave: formação, educação especial, educação inclusiva, ensino superior e universidade publicados na base de dados Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br) compreendendo o período entre 2006 e 2016. A análise desse material indicou que, apesar de tratarem da formação, em nenhum deles foi apresentada ou indicada uma experiência de formação dos docentes. Muito provavelmente, tal escassez de relatos de experiência revela a realidade de falta de investimento e de apoio à formação de docentes para educação inclusiva no ensino superior, o que pode dificultar, e muito, a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: pessoa com deficiência, formação docente, ensino superior.

ABSTRACT: In the last decades Brazil has invested in the development of inclusive policies regarding people with disabilities. Since the promulgation of the Law of Guidelines and bases of national education (1996), the assumptions of special education, understood as a modality of school education, assume the

role of an inclusive educational policy that must reach all levels, stages and modalities of education. In this process are the policies of access and permanence of people with disabilities in higher education. However, these conditions do not only involve the development of accessible spaces, but also pedagogical resources, information for the technical-administrative community, institutional support and, as a central point in this inclusive process, teacher training. Therefore, the purpose of the study was to perform a bibliographical review to map experiences of university professors for the educational attendance of students with disabilities. Five articles were selected from the keywords: training, special education, inclusive education, higher education and university in the Scientific Electronic Library Online database (SciELO) between 2006 and 2016. The results pointed that none of them presented an experience of teacher training, despite the fact that they deal with training. The central theme of the articles was the difficulties and obstacles in the training of higher education teachers for special education. Such a shortage of experience reports reveals the lack of investment and support for teacher education for inclusive education in higher education, which may hinder the permanence of people with disabilities in higher education.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil, em conformidade com o que acontece no mundo, tem investido no desenvolvimento de políticas inclusivas com relação às pessoas com deficiência.

Entende-se inclusão como

[...] a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, 2001).

Como signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) no Brasil se considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2007; 2015).

No processo de atendimento as pessoas com deficiência é a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1998) e, principalmente, da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que os pressupostos da educação especial, entendida como modalidade da educação escolar, assume o papel de uma política educacional inclusiva que deve atingir todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Com essas bases e diante da legislação, ainda muito restrita publicada ao longo

dos últimos anos, que práticas de educação especial, numa perspectiva de escola inclusiva, vêm sendo implementadas no ensino superior.

Dentre estas práticas, estão as políticas públicas de apoio ao acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior.

Em 2005, foi lançado o Programa Universidade para Todos (BRASIL, 2005a, 2005b), que disponibilizou um número de bolsas definidas para pessoas com deficiência nos processos seletivos para universidades privadas. O programa coloca a necessidade de participação do candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tendo este alcançado a pontuação mínima para aprovação.

Em 2008, foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que apontou para a necessidade de no ensino superior serem ofertadas ações que envolvam o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em 2010, é lançado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010b), que visa melhorar as condições das universidades a fim de propiciar a promoção do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino superior em instituições federais (IFES) (Art. 3, § 1º Inciso X)

A importância e volume dessas políticas não encontrou eco quando pensada a formação de professores para o ensino superior.

Para Guerreiro e Almeida (2014) as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior não implica apenas construções de espaços acessíveis, mas recursos pedagógicos (livros, equipamentos, instrumentos etc.), informações para a comunidade técnico-administrativa, instruções e/ou capacitação aos professores e apoio institucional.

Chahini (2010) indica como necessário, para que os professores do ensino superior atuem para favorecer o processo de inclusão, a necessidade de serem revistas as metodologias utilizadas, a reorganização do tempo, do espaço físico, do plano de aula e da adaptação dos materiais didáticos de acordo com as especificidades de cada um.

Quando vasculhada a legislação, a fim de se identificar indicadores que contemplem a necessidade de preparação de profissionais nas universidades brasileiras, são encontrados poucos estudos que relatam experiências de instituições que de fato investem esforços para capacitação de seus professores para a educação especial.

Um dos poucos programas que incluem em suas ações de acessibilidade o apoio e o auxílio pedagógico aos professores e funcionários é o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Criado em 2005, pelo Ministério da Educação e focado inicialmente somente nas instituições de ensino superior federais (IFES).

O Programa tem como objetivos: 1.1. Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior. 1.2. Promover ações para que garantam o acesso, permanência e sucesso de pessoas com deficiência nas IFES. 1.3. Apoiar propostas desenvolvidas nas Instituições Federais de Educação Superior para superar situações de discriminação contra esses estudantes. 1.4. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que favoreçam o processo de ensino e de aprendizagem; 1.5. Promover a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e de comunicações (BRASIL, 2010c).

Sua implantação até 2011 se deu por meio da apresentação de projetos de criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES. Nesse período (2005 – 2010), Siqueira e Santana (2010) identificaram 115 projetos envolvendo 58 IFES. A partir de 2012, passou a apoiar projetos, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade, por meio dos núcleos de acessibilidade, que se estruturam com base nos seguintes eixos: a) infraestrutura b) currículo, comunicação e informação c) programas de extensão d) programas de pesquisa (BRASIL, 2013).

Para que estas ações se tornassem efetivas e consolidadas, em 2011 é publicado o “Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limites”, (BRASIL, 2011) que disponibiliza apoio para fortalecer os núcleos de acessibilidade das IFES que eram beneficiados pelo Programa Incluir (BRASIL, 2011^a, 2013).

A presença dos núcleos de acessibilidade é de grande importância para criação de uma cultura da educação especial inclusiva no ensino superior. Tanto que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b) afirma que

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação [...] nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior [...] para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (p. 11)

De acordo com o Decreto 7.611/2011 (no art. 5º, § 2º) o núcleo de acessibilidade tem como objetivo reduzir as barreiras físicas, de comunicação e de informação que dificultam o acesso, bem como o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas com deficiência, bem como de estudantes com necessidades de atendimento diferenciado (BRASIL, 2011). Para tanto, desenvolvem diversas ações de inclusão e acessibilidade, considerando a estrutura física, estrutura humana e ajuda técnica (CIANTELLI; LEITE, 2016).

Dentro das ações que englobam a estrutura humana, são direcionados esforços principalmente para a formação de professores, de maneira a auxiliar sua prática dentro da educação inclusiva. Sendo assim, as ações incluem palestras e pesquisas de acessibilidade, apoio e orientação pedagógica aos professores e funcionários,

auxílio pedagógico e psicopedagógico às pessoas com deficiência, apoio psicológico, contratação de tradutores da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e realização de rodas de conversa para debates e conscientização em relação ao tema (CIANTELLI; LEITE, 2016). Desta forma, os núcleos de acessibilidade, assim como o Programa Incluir, oferecem auxílio para complementar a formação de professores do ensino superior a fim de que a efetiva participação de pessoas com deficiência ocorra também dentro das salas de aula das universidades.

Por meio dos núcleos de acessibilidade, as instituições federais de ensino superior estão desenvolvendo suas próprias políticas e refletindo sobre possíveis mudanças para a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades.

Paralelamente, vemos a expansão da criação de núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior privadas. Impulsionando esse processo o documento dos “Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)” (BRASIL, 2013) indica que:

Aos gestores institucionais das IES cabe inserir a educação inclusiva em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), planejando e promovendo as mudanças requeridas, como por exemplo, a organização e implementação de núcleos de acessibilidade [...]. Ainda, são fundamentais ações e programas que assegurem a transversalidade da educação especial na IES. (pg. 11)

e, complementa, Item 4 - Recomendações aos avaliadores, que:

A existência de núcleo de acessibilidade é um aspecto importante no cuidado da IES com as questões relacionadas à inclusão educacional na perspectiva da responsabilidade social proposta pelo Sinaes. Assim, é relevante atentar para a existência ou não desses núcleos na IES avaliada [...] (pg. 45).

Uma última afirmação relevante do documento a ser citada é a necessidade de a IES assumir “novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas, e em condições de acompanhar os avanços conceituais e teóricos advindos das teorias educacionais” (p.13).

Em vista disso, uma proposta de formação do corpo docente precisa estar presente no rol das ações dos núcleos de acessibilidade para efetivar o atendimento não só aos alunos, mas aos professores e a comunidade acadêmica em geral.

Nesse sentido, experiências são relatadas na literatura acadêmica como, por exemplo, o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG, 2015) que vêm, desde 2008, formulando sua política de acessibilidade. Por meio desta, dispôs uma série de medidas que devem ser atendidas para promover maior acessibilidade no campus e nas salas de aula, sendo elas: desenvolvimento de cursos sobre temas de acessibilidade para docentes e servidores da instituição, criação de meios de incentivos à formação em educação inclusiva para docentes, realizar cursos

de Libras, braile e sorobã para os docentes e servidores da universidade e dar apoio aos projetos de ensino e disciplinas na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (UFG, 2014).

Ciantelli e Leite (2016) traçaram um panorama das ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade em favor da participação das pessoas com deficiência nas IFES a partir da informação dada por 17 coordenadores envolvidos com os núcleos das IFES beneficiadas pelo Programa Incluir no ano de 2013. Como resultados verificaram o “despreparo e/ou desconhecimento por parte dos professores em ajustar sua prática pedagógica para atenderem as demandas específicas [dos alunos com deficiência]” e que “O núcleo de acessibilidade, apesar das tentativas, parece não ter muita voz para interferir em ações desse nível.” (p. 425)

A formação de professores nos níveis básico e superior também é considerada no Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007) como uma das medidas de fomento de uma educação inclusiva efetiva. O Plano estabelece ações para formação de professores para a educação especial no nível básico e para a permanência das pessoas com deficiência na educação superior. Para tanto, determina a participação de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação de instituições de ensino superior, bem como de sistemas públicos de ensino, a fim de promover a formação continuada de professores. Desta forma, foi construída uma rede nacional para apoio a formação continuada, que é composta por 19 instituições de ensino, atendendo desde 2004, cerca de 100 mil profissionais de diversas áreas. Com esta rede, o Ministério da Educação desenvolveu programas de formação para os diferentes níveis de ensino: Gestar I (anos iniciais do ensino fundamental), Gestar II (anos finais do ensino fundamental) e Pró-Letramento. A iniciativa, no entanto, não abarcou as instituições de ensino superior, contemplando apenas a educação básica.

Percebe-se, portanto, o investimento do Estado em duas grandes áreas de formação de professores: formação continuada e licenciatura, sendo necessário que disciplinas para a educação especial também sejam inseridas nos níveis de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*.

A formação de professores, de acordo com Dourado (2008), deve ser construída a partir de um sistema nacional que determina parâmetros básicos a serem seguidos e garantidos nas mais diversas instituições de ensino.

No entanto, estudos apontam para a inexistência destes parâmetros e para a falta de apoio das instituições no que diz respeito à oferta de formação continuada para educação inclusiva (REIS; EUFRÁSIO; BAZON, 2010). Esta falta de apoio pode acarretar imensos prejuízos na aprendizagem das pessoas com deficiência, tendo em vista que a má formação de professores é tida como uma das principais causas do fracasso escolar (MICHELS, 2008).

Diante disso, Bueno (2001) cita quatro desafios que a educação inclusiva coloca à educação de professores, sendo eles: formação teórica adequada que considere os diversos processos pedagógicos tanto no saber quanto no fazer pedagógico; formação

que dê subsídios para analisar, acompanhar e auxiliar os processos de escolarização considerando as diferenças individuais de cada aluno; formação direcionada às pessoas com necessidades educativas especiais; e, por fim, formação específica com base nas características e nos procedimentos pedagógicos individuais de cada necessidade educativa especial encontrada.

Sendo assim, o investimento e o desenvolvimento de práticas e políticas que assegurem a preparação de professores no ensino superior é essencial para a efetiva inclusão e permanência de pessoas com deficiência nas universidades brasileiras, o que, por sua vez, garante o cumprimento dos direitos previstos em lei e decretos publicados ao longo dos anos a respeito da educação inclusiva.

Diante deste cenário, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica a fim de mapear experiências sobre a formação e preparação de professores universitários para a educação especial.

2 | MÉTODO

O projeto foi desenvolvido a partir de quatro etapas:

(1) Coleta de material - Seleção dos artigos a partir das palavras-chave: formação, educação especial, educação inclusiva, ensino superior e universidade na base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) compreendendo o período entre 2006 e 2016. Foram selecionados 10 artigos que contemplavam de alguma forma a relação entre docentes nas universidades e inclusão de alunos com deficiência.

(2) Análise preliminar - Leitura exploratória de todo o material selecionado. As informações extraídas das fontes foram organizadas em ficha protocolar contendo autores, ano, métodos utilizados, amostra, tipo de deficiência e resultados obtidos. No entanto, seis deles foram descartados por não discutirem aspectos ligados à formação de professores. Foi realizada, então, uma leitura exploratória dos quatro artigos restantes, que abordavam apenas o aspecto “dificuldades e entraves presentes na formação de docentes de universidades para educação inclusiva”. Nesse sentido, não foram encontrados estudos que relatassem experiências de formação de professores para atendimento de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior.

(3) Análise e interpretação dos resultados - Leitura analítica de forma a organizar e sumarizar as informações contidas nos artigos, permitindo a interpretação e discussão dos resultados. Em linhas gerais, quanto ao tema central dos artigos analisados encontramos: deficiência visual (REIS; EUFRÁSIO; BAZON, 2010), cegueira (REGIANI; MÓL, 2013); deficiência auditiva (GONÇALVES; GONÇALVES; FIRME, 2016), política pública (CHAMBAL; BUENO, 2014) e demandas gerais dos docentes (SILVA; CUMROT; D’ANTINO, 2012). Os estudos foram publicados em cinco periódicos e anos diferentes: Educação em revista em 2010; Revista Brasileira Estudos Pedagógicos em 2012; Ciência e Educação em 2013; Caderno Cedes (Campinas) em

2014 e; Avaliação de Políticas Públicas Educacionais em 2016 e;

(4) Discussão dos resultados - foram analisadas as categorias levantadas na etapa anterior, sendo estas discutidas a partir do referencial teórico relativo à temática da educação inclusiva e da formação de professores do ensino superior.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de artigos analisados, verificou-se que quatro deles retratam as dificuldades ligadas à formação de professores do ensino superior para a educação inclusiva, uma das facetas do tema central da pesquisa. Apenas um estudo, dentre o total encontrado, aborda mais especificamente as demandas encontradas pelos docentes nas instituições superiores em sala de aula, considerando a temática da educação inclusiva. Em linhas gerais os artigos tratavam de:

- Reis et al. (2010) buscou analisar a formação de professores universitários formados em ciências biológicas/licenciatura para o atendimento de pessoas com deficiência visual no ensino superior. Por meio de entrevistas semiestruturadas, os autores identificaram dificuldades no processo de inclusão, decorrentes tanto de falhas na formação docente quanto devido à postura adotada pelo professor em sala de aula. Dentre às barreiras encontradas, foram citadas a ausência de vivências do docente com pessoas com deficiência, a visão limitada e desconhecimento do conceito da deficiência, a ausência de disciplinas que abordem a deficiência visual na grade curricular na formação inicial, a falta de apoio das instituições para formação continuada para educação inclusiva e a falta de materiais didáticos adaptados.
- Considerando o paradigma da formação de professores no Ensino Superior, Gonçalves et al. (2016) identificaram a atual situação de formação e capacitação dos docentes do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) em relação a inclusão dos alunos com deficiência auditiva em sala de aula regular. Para tanto, entrevistaram 185 docentes por meio de questionários online, verificando a necessidade de um planejamento pedagógico voltado à formação docente, o qual deve englobar uma série de fatores: indivíduo, família, docente e instituição. Os autores identificaram que mais da metade (68,4%) dos professores entrevistados não possuem experiência com pessoas com deficiência, sendo que a grande maioria (89,2%) não realizou nos últimos 5 anos nenhuma formação ou capacitação para trabalhar com este público. 69,9% dos questionários apontaram para a necessidade da formação pedagógica e psicopedagógica ser adotada como prioridade pela instituição, a qual deve apoiar efetivamente a formação docente com palestras, workshops e seminários.
- Silva et al. (2012), seguindo a orientação dos estudos anteriores, analisaram

as demandas didático pedagógicas dos docentes de uma universidade particular paulista diante das necessidades pedagógicas específicas dos alunos com deficiência. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista com 752 professores universitários, sendo identificada a necessidade de se desenvolver programas de preparação de professores e profissionais da educação para atuarem tanto em cursos de graduação como em programas de formação continuada. Os autores levantaram, dentre as dificuldades listadas, a falta de conhecimento sobre as deficiências, bem como a falta de apoio das universidades para formação específica.

- Regiani e Mól (2013) estudaram a inclusão de alunos com deficiência visual em cursos superiores de Química, entrevistando uma aluna cega e 17 professores da licenciatura. Os autores verificaram que a educação inclusiva no Ensino Superior necessita de uma reestruturação do sistema de ensino, sendo a formação docente uma questão central. A maioria dos docentes apontou a carência de materiais didáticos e o despreparo para a interação com as necessidades específicas como causa principal da dificuldade na formação da discente cega. Com apenas uma exceção, nenhum professor teve formação para educação inclusiva ou vivências pessoais, tendo apenas duas professoras afirmado terem participado de atividades em escolas especiais durante a graduação. Os achados ressaltam ainda mais a importância do investimento da preparação dos professores para atendimento de pessoas com deficiência nas universidades.
- O estudo de Chambal e Bueno (2014) retrata a formação de professores para educação inclusiva em Moçambique por meio de análise documental e curricular dos cursos ministrados nos Institutos de Formação de Professores e cursos de nível superior.

Sendo assim, quatro dentre os cinco artigos encontrados abordam as dificuldades ligadas ao processo de inclusão, não sendo encontrado nenhum estudo focado em experiências reais de formação de professores no ensino superior para educação inclusiva. Apenas um artigo, realizado em Moçambique, retrata uma visão positiva diante deste cenário, caracterizando a formação docente nas universidades como diverso e com diferenciação na denominação, conteúdo e bibliografia dos cursos e disciplinas específicas oferecidas. Considerando, então, o tema central dos estudos encontrados, verificou-se que as dificuldades ligadas à formação de docentes no ensino superior foram: Vivência e experiência com pessoas com deficiência; Conhecimento da deficiência; Formação específica para lidar com pessoas com deficiência e; Apoio da Instituição;

Diante deste cenário, questiona-se a escassez de estudos a respeito da formação dos docentes no ensino superior para atendimento das pessoas com deficiência que ingressam nas universidades. Silva e cols (2012) indicam como uma das dificuldades para a permanência de pessoas com deficiência na universidade a falta de preparo dos

professores, além do restrito conhecimento da população universitária, das estratégias pedagógicas falhas e das limitações físicas. Apesar de muitos estudos apontarem para o avanço em relação aos direitos educacionais da pessoa com deficiência, Castanhos e Freitas (2007) revelam que ainda existe um grande caminho a ser percorrido entre as diretrizes legais e a efetivação do pleno acesso e permanências dessas pessoas. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que em 5 anos as matrículas de pessoas com deficiência passaram de 2.155 para 6.022 com aumento percentual de 191%, poucos são os estudos que avaliam a eficiência desta inclusão.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/69), deve ser garantido aos profissionais de educação a formação continuada, tanto no local de trabalho quanto em instituições de educação básica e superior, englobando cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação ou tecnológicos e de pós-graduação. Em 2002, mediante as diretrizes descritas pela LDB em 1996, foi desenvolvido e aprovado o Decreto nº 5.626, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores, tanto em nível médio quanto superior.

No entanto, os artigos levantados ainda apontam para lacunas existentes na formação de professores no ensino superior, apesar da LDB determinar os parâmetros essenciais e necessários para o atendimento efetivo de pessoas com deficiência nas universidades. É possível notar que a inclusão da Libras nas grades curriculares dos cursos de instituições superiores ainda não é realizada efetivamente, de maneira que grande parte das universidades do país não investem no preparo de seus professores como fator essencial para a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior.

Reis, Eufrásio e Bazon (2010) discutem a inexistência de parâmetros para a formação de docentes, o que pode ser evidenciado nos estudos encontrados, e a falta de apoio das instituições no que diz respeito à oferta de formação continuada para educação inclusiva. Esta falta de apoio pode acarretar imensos prejuízos na aprendizagem de pessoas com deficiência, bem como na permanência destas no ensino superior, tendo em vista que a má formação de professores é tida como uma das principais causas do fracasso escolar (MICHELS, 2008).

Diante das lacunas encontradas, Bueno (2011) aponta para quatro desafios que a educação inclusiva coloca à educação de professores, sendo eles: formação teórica adequada que considere os diversos processos pedagógicos tanto no saber quanto no fazer pedagógico; formação que dê subsídios para analisar, acompanhar e auxiliar os processos de escolarização considerando as diferenças individuais de cada aluno; formação direcionada às pessoas com necessidades educativas especiais; e, por fim, formação específica com base nas características e nos procedimentos pedagógicos individuais de cada necessidade educativa especial encontrada.

Com base nestas considerações, é possível verificar que, no Brasil, a formação

de docentes de instituições superiores para o atendimento efetivo de pessoas com deficiência é falha, na medida em que as políticas públicas criadas neste contexto ainda não se concretizaram no cenário do ensino superior, apesar dos esforços.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo inicial analisar, por meio de revisão bibliográfica, experiências de formação de professores do ensino superior para a educação inclusiva. Todos os cinco artigos encontrados apontaram as dificuldades para o atendimento efetivo das pessoas com deficiência nas instituições superiores, sendo a precária formação dos docentes indicada como um dos fatores com maior necessidade de investimento. Sendo assim, os resultados encontrados diferem do objetivo inicial proposto nesse estudo, o que, por sua vez, destaca a escassez de artigos que discutem ou apresentam experiências de formação de professores para o ensino das pessoas com deficiência no ensino superior.

A escassez de artigos que desenvolvam o tema revela na realidade, a falta de investimento e de apoio à formação de docentes para educação inclusiva no ensino superior e, mesmo as IFES que receberam investimento na área deixam a desejar. Tal situação dificulta a permanência deste público no ensino superior. Assim como apontam os dados, o número de pessoas com deficiência que ingressaram no ensino superior nos últimos anos aumentou consideravelmente. No entanto, ainda é necessário debruçar-se sobre as políticas públicas já existentes para atendimento deste público e tornar efetivo o apoio das instituições à formação, descrito como obrigatório.

Sendo assim, o presente estudo aponta para a necessidade das instituições superiores aplicarem efetivamente as diretrizes propostas pela legislação vigente para o atendimento às pessoas com deficiência, de maneira a permitir uma maior permanência destas pessoas nas universidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **CNE/CEB. Parecer n.º 17/2001 de 03.07.2001** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, 2005a.

BRASIL. **Decreto nº 5.493, de 18 de junho de 2005**. Regulamente o disposto na Lei nº 11.096, de 13

de janeiro de 2005, 2005b.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas. Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, Brasília, 200.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008b.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação (Conae)**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010b.

BRASIL. **Edital Programa Incluir**, n. 8, de 6 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial da União, nº 128, quarta-feira, 7 de julho de 2010, p. 52. 2010c.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17/11/2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17/11/2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. 2011a.

BRASIL. **Documento Orientador do Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior**, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2001, p.7-25.

CASTANHO, D. M., FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, 27, p. 85-92, 2007.

CHAHINI, T.H.C. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior**. 2010. 132f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

CHAMBAL, L.A., BUENO, J.G.S. A Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva em Moçambique: uma perspectiva crítica. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 225-239, 2014.

CIANTELLI, A.P.C., e LEITE, L.P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, p.413-428, 2016.

DOURADO, L.F. Políticas e Gestão da Educação Superior a Distância: Novos marcos Regulatórios?

Educação e Sociedade, 2008, v.29 (104), p.891-917.

GONÇALVES, W., GONÇALVES, V.M.F., FIRME, L.P. Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva: um estudo no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. **Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, 24 (93), 866-889, 2016.

GUERREIRO, E.M.B.R.; ALMEIDA, M.A.; SILVA FILHO, J.H. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 31-60, mar. 2014.

MELO F.R.L.V.; MARTINS, M.H. Legislação para estudantes com deficiência no ensino superior no Brasil e em Portugal: algumas reflexões. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 38, n. 3, p. 259-269, July-Sept., 2016.

MICHELS, M.H. Práticas de ambiguidades estruturais e a reiteração do modelo médico-psicológico: A formação de professores de educação especial na UFSC. In BUENO, J.G.S., MENDES, G.M.L., e SANTOS, R.A (Eds.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Brasília: CAPES, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração dos direitos das pessoas deficientes, 2007.

REGIANI, A.M.; MÓL, G.S. Inclusão de uma aluna em um curso de licenciatura em Química. *Ciência e Educação*, 19 (1), 123-134, 2013.

REIS, M.X.; EUFRÁSIO, D.A.; BAZON, F.V.M. A formação do professor para o ensino superior prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação em revista**, 2010, v. 26 (1), p.111-130.

SIQUEIRA, I.M.; SANTANA, C.S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, Abr.2010.

SILVA, A.M., CUMROT, R., D'ANTINO, M.E.F. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. **Revista Brasileira Est. Pedag.**, 93 (235), 667-697, 2012.

SILVA, H.M.; SOUZA, S.M.C.; PRADO, F.; RIBEIRO, A.L.; LIA, C.; CARVALHO, R.L. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, 10(2), pp.332-342, 2012.

UFG. **Política de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás**. Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade (SINAce). https://www.acessibilidade.ueg.br/up/211/o/POLITICA_ACESSIBILIDADE_UFG_04_2017_ultimo.pdf Acesso em: 3/3/2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos(IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-372-9

